



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 05/2021

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS DE PATOLOGIA CLÍNICA, E COLETAS DE CARGA VIRAL E CD4 GENOTIPAGEM HIV E CARGA VIRAL DE GENOTIPAGEM DE HEPATITES VIRAIS.

O **MUNICÍPIO DE CANELA**, através da Secretaria Municipal da Saúde, torna público e comunica aos interessados que está procedendo ao **CREDENCIAMENTO**, de empresas especializadas na área de saúde, para prestarem **SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS DE PATOLOGIA CLÍNICA, E COLETAS DE CARGA VIRAL E CD4 GENOTIPAGEM HIV E CARGA VIRAL DE GENOTIPAGEM DE HEPATITES VIRAIS**, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos neste instrumento, que conforme necessidade do Município, serão contratados por **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93, da Lei n.º 8.080/90, da Portaria n.º 3.277/06-MS e demais legislações aplicáveis.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente Edital tem por objeto credenciar empresas especializadas na área de saúde, para prestarem serviços de coleta e análise de exames laboratoriais de patologia clínica, e coletas de carga viral e cd4 genotipagem HIV e carga viral de genotipagem de hepatites virais, visando o atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

2 – DOS QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS

2.1 – Os serviços serão contratados de acordo com as necessidades do Município e conforme estimativa abaixo, com os grupos estabelecidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, disponíveis para consulta no endereço <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

Lote – 01 Exames Tabela SUS

Grupo	Sub-Grupo	Quantidade	Valor
02 – Procedimentos com finalidade Clínica	02 – Diagnóstico em laboratório Clínico	30.000	Valor Tabela SUS por exame
Exames bioquímicos			
Exames hematológicos e hemostasia			
Exames sorológicos e imunológicos			
Exames coprológicos			
Exames de uro análise			
Exames hormonais			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica
Exames microbiológicos
Exames em outros líquidos biológicos
Exames de genética
Exames para tipagem neonatal
Exames imunohematológicos

Todos os serviços e procedimentos do lote 01 serão pagos de acordo com os valores constantes na Tabela SUS.

Lote – 02 Exame – Os serviços serão contratados de acordo com as necessidades do Município e conforme estimativa abaixo.

Descritivo	Quantitativo Estimativo Mensal	Valor por exame
Exame de Aidez Toxoplasmose	20	R\$ 43,66

Todos os serviços do lote 02 serão pagos conforme descrito acima.

LOTE – 03 Coleta SAE – Os serviços serão contratados de acordo com as necessidades do Município e conforme estimativa abaixo.

Descritivo	Quantitativo Estimativo Mensal	Valor por exame
Coleta Carga Viral e CD4 Genotipagem HIV e Carga Viral de Genotipagem de Hepatites Virais	100 un	R\$ 11,33

Todos os serviços do lote 03 serão pagos conforme descrito acima.

2.2 – Os limites respeitarão o teto financeiro de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por mês, que será dividido em quantos interessados vierem a se credenciar para o certame, em vigor na data da assinatura do Contrato, não havendo, garantia de execuções individuais mínimas.

2.3 – Mediante Termo Aditivo e, de acordo com a capacidade operacional da CREDENCIADA e as necessidades do CREDENCIANTE, poderão fazer acréscimos ou supressões, em conformidade com a Lei 8666/93, durante o período de sua vigência, incluídas as prorrogações, mediante justificativa aprovada pelo CREDENCIANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3 – DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1 – Poderão participar do presente CREDENCIAMENTO todas as pessoas jurídicas que atendam a todas as condições deste Edital, observada a necessária qualificação.

3.1.1 – Deverá o prestador, que queira se habilitar, estar sediado no Município Canela/RS e/ou ter um posto de coleta/entrega de resultados dentro do território municipal, devidamente legalizado, ou ainda, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para providenciar as devidas instalações no município de Canela/RS.

3.2 – As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços ao Município de Canela/RS, deverão entregar os documentos indicados no item 4 desse edital, no Departamento de Licitações e Compras, situado na Rua Dona Carlinda, 455, Centro, em Canela/RS, no horário das 08 h às 11 h e das 13 h às 16h30min.

3.3 – Todos os interessados em prestar serviços ao SUS deverão participar do Chamamento Público, **INCLUSIVE OS PRESTADORES QUE JÁ PRESTAM SERVIÇOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

3.4 – Os interessados que se apresentarem para credenciamento deverão cumprir as normas do Ministério da Saúde e as normas Sanitárias: Federal, Estadual e Municipal;

3.4.1 – Os serviços devem obedecer ao contido na Portaria nº. 1034 de 05 de maio de 2010, RDC nº. 50 de 21 de fevereiro de 2002, RDC nº. 306 de 07 de dezembro de 2004, além das demais legislações aplicáveis ou que sejam publicadas pelos órgãos competentes;

3.4.2 – Os serviços deverão dispor de acesso específico para as pessoas com deficiência física, conforme o disposto na ABNT- NBR 9050 de 30 de junho de 2004 e demais legislações aplicáveis;

3.5 – Serão impedidos de participar do presente Chamamento Público, aqueles suspensos do direito de licitar, no prazo e nas condições da suspensão; aqueles que tenham sido declarados inidôneos pela Administração direta ou indireta, Municipal, Estadual ou Federal e que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.6 – A vigência do contrato advindo do credenciamento será por 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, previstos no inciso II do art. 657 da Lei Federal 8.666/1993.

4 – DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

4.1 – As pessoas jurídicas deverão apresentar os documentos de habilitação, indicados a seguir, em envelope com o nome do proponente, no qual deverá externamente conter a indicação de que se trata dos documentos de habilitação do Edital de Chamamento Público nº 05/2021, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

Ao
Município de Canela/RS
Chamamento Público N.º 05/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXAMES LABORATORIAIS
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA

CNPJ N.º

4.2 - O envelope deverá conter a seguinte documentação para a habilitação, em 01 (uma) via, que deverá ser a seguinte:

- a) Contrato Social, que conste dentro de seus objetivos a prestação dos serviços indicados no presente Edital, conforme Artigo 28, da Lei 8666/93 e suas alterações;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL (Certidão Conjunta de Débitos relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União), através e certidão de tributos federais do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado, através de certidão de tributos estaduais relativa ao domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL, abrangendo todos os tributos administrados pelo Município, através de certidão de tributos municipais, relativo ao domicílio ou sede da licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante certificado emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, no que se refere às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (CNDT).
- i) Certidão negativa de falência e concordata, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Alvará de Localização expedido pelo Município;
- k) Alvará Sanitário vigente, expedido a menos de 12 meses, conforme legislação vigente;
- l) Ficha de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES (impressão ficha reduzida) e Certificado de Inscrição e Regularização da instituição e dos responsáveis técnicos nos respectivos Conselhos Regionais de Classe;
- m) Declaração específica, assinada por diretor ou representante legal da empresa, devidamente identificado por carimbo ou digitado, contendo o nome e a qualificação, de que não foram declarados INIDÔNEOS para licitar ou contratar com o poder público, nos termos do inciso IV do Art. 87 da Lei n.º 8666/93, conforme Anexo 3 do edital;
- n) Termo de Credenciamento devidamente preenchido, conforme modelo Anexo 4 do edital;
- o) Declaração firmada pelos sócios e/ou diretores da instituição que, expressamente (conforme Anexo 05 do edital):
 - o.1) conhecem e aceitam as condições de remuneração dos serviços, em conformidade com a Tabela SUS, e que estão de acordo com o programa de repasse financeiro disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

o.2) tem disponibilidade para prestar atendimento conforme as Normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde e segundo as regras do Conselho Nacional de Saúde, inclusive obedecendo as disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais.

p) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública no âmbito do Município de Canela/RS, conforme Anexo 06 do Edital;

q) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo 07 do edital;

r) Indicação do responsável técnico da empresa, acompanhada de cópia da sua Carteira de Identificação Profissional expedida pelo Conselho Regional de Sua Especialidade.

s) Comprovante de residência do técnico responsável pela empresa;

t) Certificado de filiação em Instituição que ateste o controle de qualidade.

4.2.1 – As certidões descritas nos itens “c” e “g” do item 7.1.2 poderão ser substituídas pela Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria –Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

4.2.2 – Será exigido documento que comprove residência médica ou título de especialização na área credenciada.

4.3 – No ato da entrega da documentação o interessado receberá protocolo atestando o recebimento do envelope. O referido protocolo não certificará que a documentação está completa e condizente com os preceitos estabelecidos neste Edital, ficando condicionada a efetiva análise pela Comissão.

4.4 – Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados, por qualquer processo de cópia autêntica ou publicação em Órgão de imprensa oficial. Poderá, ainda, a Comissão autenticar as cópias a vista do original.

4.5 – As certidões negativas que não tenham prazo de validade legal ou expresso no documento ter-se-ão como válidas pelo prazo de 30 (trinta) dias de sua expedição.

4.6 – As certidões de regularidade emitidas via Internet, terão sua autenticidade conferida pela Comissão.

4.7 – Os serviços serão contratados na modalidade ambulatorial, conforme a necessidade do Município.

4.8 – Será permitido o credenciamento a qualquer tempo de qualquer interessado que preencha as condições mínimas exigidas neste Edital. Entretanto, caso já tenha sido alcançado o teto orçamentário para contratação, os interessados que forem credenciados constituirão o cadastro de reserva.

4.9 – Nos LOTES 01 e 02, os serviços serão prestados no estabelecimento do credenciado e/ou em coleta domiciliar, quando solicitado pela Secretaria de Saúde. No LOTE 03, os serviços serão prestados somente no estabelecimento do credenciado.

4.10 – É vedada a terceirização da atividade-fim dos serviços contratados, sem prévia autorização do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5 – DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – A contratação de serviços de exames laboratoriais obedecerá os critérios:

5.1.1 – Os serviços devem obedecer ao contido na Portaria nº. 1034 de 05 de maio de 2010, RDC nº. 50 de 21 de fevereiro de 2002, RDC nº. 306 de 07 de dezembro de 2004, além das demais legislações aplicáveis ou que sejam publicadas pelos órgãos competentes;

5.1.2 – Os serviços deverão dispor de acesso específico para as pessoas com deficiência física, conforme o disposto na ABNT-NBR 9050 de 30 de junho de 2004 e demais legislações aplicáveis;

5.1.3 – Os CREDENCIADOS deverão atender as normas do Ministério da Saúde e as normas Sanitárias de ordem Federal, Estadual e Municipal;

5.2 – As empresas credenciadas ficam desde já, cientes de que os procedimentos contratados serão realizados mediante agendamento, regulação e ou/autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme critérios e fluxos pré-definidos pela Secretaria.

5.3 – Os serviços serão prestados no **estabelecimento do credenciado**, indicado no termo contratual, com pessoal e material próprios, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

5.4 – Para a realização dos exames, o CREDENCIADO deverá receber do paciente a requisição médica emitida pelo sistema da Secretaria Municipal de Saúde e/ou carimbo de autorização da Secretaria de Saúde do Município, na qual constará o serviço e/ou procedimento a ser realizado. A requisição médica terá validade de 30 dias, exceto em casos específicos autorizados pela Secretaria Municipal De Saúde.

5.5 – O Credenciado deverá manter-se habilitado junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

5.6 – Não serão objeto de pagamento os exames não efetuados dentro da boa técnica profissional.

5.7 – O Credenciado, pessoa jurídica, responderá por todos os serviços prestados no atendimento ao paciente encaminhado pela Secretaria Municipal da Saúde, isentando integralmente o Município de todo e qualquer ato falho em que o paciente sentir-se lesado, conforme artigo 70 da Lei n.º 8.666/93.

5.8 – Na realização dos exames, o credenciado deverá usar somente materiais descartáveis e instrumental devidamente esterilizado.

5.9 – Os funcionários do Credenciado serão diretamente subordinados a ele.

5.10 – O credenciado deverá garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre sua assistência.

5.11 – O credenciado deverá informar a Secretaria Municipal de Saúde, eventuais alterações de sua razão social, seu controle acionário, mudança de endereço ou de seu estatuto, devendo apresentar ao Departamento de Suprimentos da Prefeitura de Canela/RS, cópia de todos os documentos que foram alterados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.12 – A escolha do estabelecimento será feita exclusivamente pelo paciente, que receberá lista dos credenciados para a realização do serviço, com os seus respectivos horários de atendimento, observada a cota mensal de cada CREDENCIADO.

5.13 – **É vedado:**

- a) o credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente de funcionários do Município, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, conforme art. 9º, inciso III e §3º, da Lei nº 8.666/1993;
- b) a cobrança diretamente do paciente atendido de quaisquer valores decorrentes do credenciamento aos usuários encaminhados pela Secretaria, não podendo os mesmos sofrer quaisquer tipo de constrangimento..
- c) A realização de outros exames além dos definidos neste credenciamento.
- d) A terceirização da atividade-fim dos serviços contratados, sem prévia autorização do Município.

5.14 – O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços realizados pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

5.15 – Em caso de negativa injustificada de atendimento, além do descredenciamento, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço omitido, por ocorrência;
- b) suspensão temporária em participação de licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos.

5.16 – O laudo deverá ser emitido de acordo com as normas técnicas específicas, em 02 (duas) vias, sendo a primeira entregue ao paciente ou a quem este indicar e, a segunda via, deverá esta permanecer em arquivo na unidade prestadora pelo período de 20 (vinte) anos, no termos da Lei n.º 13.787/2018 e Resolução CFM nº 1821/2007.

5.17 – Todos os exames de notificação compulsória deverão ser encaminhados ao setor de vigilância epidemiológica no e-mail epidemiologia@canela.rs.gov.br;

5.18 – Nos LOTES 01 E 02, o resultado dos exames ambulatoriais eletivos deverá ser expedido, obedecendo aos seguintes prazos, contados do dia da coleta/entrega do material:

- a) exames imunológicos e hormonais em até dez (10) dias;
- b) exames bacteriológicos em geral, culturas e antibiogramas em até cinco (5) dias, excetuando as definidas no item “c”;
- c) culturas de fungos e de bactérias (30) dias;
- d) Micobactéria tuberculosis (BK) em até trinta (7) dias;
- e) A Secretaria de Saúde devera, após a coleta de carga viral e CD4, ser informada em um prazo de até (4) horas, mediante E-mail sae@canela.rs.gov.br ou (54) 3282-5174 para proceder na retirada do material.
- f) nos casos considerados de urgência e emergência o credenciado deverá providenciar a realização do exame no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contatos de sua solicitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O CREDENCIANTE pagará, mensalmente, ao CREDENCIADO, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal, respeitando o teto financeiro de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por mês, que será dividido em quantos interessados vierem a se credenciar para o certame, em vigor na data da assinatura do Contrato.

6.1.1 - No LOTE 01, os repasses financeiros relativos à prestação de serviços terão como referência a TABELA SUS, e serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos valores determinados pelo Ministério da Saúde, nos termos do art. 26 da lei nº. 8080/90.

6.1.2 – Nos LOTES 02 E 03, os repasses financeiros relativos à prestação de serviços terão como referência os valores definidos pela SMS e constantes neste Edital.

6.2 – Para viabilizar o pagamento supracitado dentro do prazo, o setor de controle, avaliação e auditoria do CONTRATANTE considerará para conferência e confecção da fatura os exames realizados até o último dia útil do mês relativo aos atendimentos. Resultados de exames realizados após o último dia útil serão conferidos e computados na próxima competência.

6.3 – O pagamento será realizado até o décimo dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, desde que seja apresentada a Nota Fiscal dos referidos serviços até o 5º dia útil do mês subsequente. Não ocorrendo a apresentação da nota fiscal no prazo estipulado, o pagamento ocorrerá no mês imediatamente posterior, desde que também apresentado até o 5º dia útil.

6.3.1 – Sobre a nota apresentada, a Secretaria Municipal da Saúde poderá glosar pagamentos que entender duvidosos ou não prestados.

6.4 – Para o efetivo pagamento, a CREDENCIADA, deverá apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde, até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços:

6.4.1 – No LOTE 01, O Contratado fica obrigado apresentar o Boletim de Produção Ambulatorial BPA C (consolidado) e Boletim de Produção – BPA – I (individualizado), até o quinto dia útil de cada mês subsequente à prestação dos serviços, observadas as normativas SUS.

6.4.2 – Nos LOTES 01, 02 e 03, o faturamento mensal deverá ser remetido para a Secretaria Municipal da Saúde, em meio digital e físico (BPA), dentro das normas do SUS.

6.5 – No LOTE 01, a produção total de cada competência será processada no software oficial do Ministério da Saúde sendo então extraído o valor total, considerando os preços da Tabela SUS sobre a qual incidirá, se for o caso, os percentuais de redução ou acréscimo.

6.6 – O pagamento fica condicionado à apresentação do relatório de fatura com a 2ª via das requisições médicas que realizaram a coleta de exame, acompanhado de apresentação da nota fiscal.

6.7 – Na eventualidade de discordância entre o CREDENCIANTE e o CREDENCIADO com relação à interpretação da tabela SUS, será protocolado consulta no órgão oficial representativo do Ministério da Saúde na região, na qual ambas as partes apresentará sua posição. Enquanto se aguarda o resultado da consulta vigorará a interpretação do setor de controle, avaliação e auditoria do CREDENCIANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

7 – DO JULGAMENTO

7.1 – Recebidos os envelopes de documentos, a Comissão de Licitações, nomeada através da Portaria número 10/2021, fará a apreciação da documentação e encaminhará a Secretaria da Saúde para análise e diligências necessárias, num prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento.

7.2 – A Comissão decidirá sobre a habilitação da (s) empresa (s) ao credenciamento, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos, que poderá recorrer administrativamente num prazo de até 5 (cinco) dias úteis após tomar ciência da decisão.

7.3 – As empresas que apresentarem a documentação de conformidade com o exigido neste Edital, serão vistoriadas por representantes da Secretaria Municipal da Saúde, para verificar se as condições técnicas estão de acordo com o exigido no item 5 do Edital.

7.4 – É facultado à Comissão solicitar esclarecimentos e dados técnicos subsidiários da documentação ao proponente, se assim julgar conveniente, e aceitá-los a seu exclusivo critério.

7.5 – Serão consideradas habilitadas às empresas que atenderem todos os itens exigidos neste Edital.

7.6 – Após a fase de habilitação, o credenciado será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, celebrar Termo de Credenciamento e assinatura do Termo Contratual.

8 – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

8.1 – Da decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que deverá ser dirigido ao Prefeito e protocolado durante o horário de expediente, que se inicia às 8:30 h e se encerra às 16 h.

8.2 – É admitido o envio de impugnações do edital ou de recurso por e-mail, desde que original seja protocolado na forma dos itens 8.1 e 8.2 no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do e-mail, sob pena de indeferimento.

8.3 – Os recursos e prazos seguirão o disposto nos artigos 109 e seguintes da Lei 8666/93, e suas alterações.

9 – DO DESCRENCIAMENTO

9.1 – Durante a vigência do contrato o CREDENCIADO deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste Edital e nos termos contratuais que celebrar com o Município de Canela – RS.

9.2 – O não cumprimento das disposições mencionadas neste Edital e seus anexos poderá acarretar as seguintes penalidades, garantindo o contraditório e ampla defesa e sem prejuízo das outras sanções cabíveis:

- I) advertência por escrito;
- II) suspensão temporária do seu credenciamento; e
- III) descredenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

9.3 – O CREDENCIADO, poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo mediante o envio de solicitação escrita à Secretaria Municipal de Saúde. O pedido de descredenciamento não desincumbe o CREDENCIADO do cumprimento de eventuais contratos assumidos e as responsabilidades a ele atreladas.

9.4 – Será descredenciada, a qualquer tempo, a empresa que não mantiver, durante o curso de Contrato, as mesmas condições que possibilitaram o seu credenciamento, bem como a que rejeitar qualquer paciente, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a sua conduta, ou, ainda, aquela cujo Contrato venha a ser rescindido, pelos motivos nele previstos.

10 – DA CONTRATAÇÃO

10.1 – Os contratos advindos do presente edital serão celebrados com base em inexigibilidade de Licitação (Art.25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93), pela inviabilidade de competição.

10.2 – A contratação será de acordo com as necessidades do Município CREDENCIANTE e em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica de Saúde (Lei 8080/90), que estabelecem a preferência para a contratação de entidades públicas, filantrópicas e privadas sem fins lucrativos e entidades com fins lucrativas, nessa ordem.

10.3 – A Administração não se obriga a contratar todos os serviços oferecidos pelas empresas credenciadas, mas a quantidade necessária para atender à demanda do Município;

10.4 – No ato da contratação serão observadas, as informações atualizadas contidas no CNES — Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, através das FCES (Ficha de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde).

10.5 – A contratação somente será efetivada mediante o atendimento do disposto neste Edital e nas normas vigentes pertinentes a matéria, podendo ser realizada diligências para a aferição das exigências contidas neste Edital.

10.6 – São de inteira responsabilidade das empresas credenciadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do Contrato.

10.7 – O prestador manterá atualizado os arquivos de exames de paciente em local seguro e somente acessível aos profissionais diretamente envolvidos em seu tratamento.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

Os serviços a serem prestados a todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que forem encaminhados pelo CREDENCIANTE, dentro do teto financeiro mensal definido, com finalidade de bem atender a demanda de exames, tanto de rotina, quanto de urgência/emergência, gerada nas Unidades Ambulatoriais de Saúde do Município de Canela/RS, deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

a) disponibilizar todas as condições necessárias para a realização dos serviços contratados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

responsabilizando-se por despesas decorrentes de ordem técnica, pessoal e materiais necessários à prestação dos exames laboratoriais e confecção do respectivo laudo, à exceção do lote 3, que não exige confecção deste.

b) disponibilizar, nos LOTES 01e 02, as condições necessárias à realização de coleta domiciliar, quando solicitado e autorizado, expressamente, pela Secretaria de Saúde, caso verificado que usuário não reúna condições físicas para comparecer ao local da coleta, sem quaisquer custos a municipalidade;

c) Efetuar os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade, de acordo com a ética;

d) Prestar os serviços especificados e disponibilizar a coleta e análise dos exames, em dias úteis de segunda a sexta-feira das 7:00 às 18:00 horas;

e) Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município ou qualquer outra esfera do setor público.

f) Comprometer-se pela apresentação mensal, nos LOTES 01 E 02, de listagem de pacientes que realizaram agendamento e não compareceram para feitura do exame.

g) Indenizar danos causados aos usuários, aos órgãos dos SUS e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo credenciado, ficando-lhe assegurado o total acesso às formas de defesa;

h) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Credenciamento;

i) Utilizar somente materiais descartáveis e instrumental devidamente esterilizado e mão de obra especializada na execução dos serviços;

j) Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações e atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

l) Informar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, eventuais alterações de sua razão social, controle acionário, mudança de endereço, inclusive alteração de responsável técnico, devendo apresentar ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura de Canela/RS, cópia de todos os documentos que sofreram alteração.

m) Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

n) Nos LOTES 01 E 02, deverá o CREDENCIADO fornecer o resultado/laudo dos exames para a Secretaria Municipal de Saúde em meio digital, armazenado em CD ou DVD, acompanhado da fatura mensal, no prazo estipulado neste edital.

o) guardar observância às demais disposições deste Edital.

12 – DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de vigência do Contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, limitado ao máximo de 60(sessenta) meses.

12.2 – A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitando prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações orçamentárias próprias para as referidas despesas no orçamento do Fundo Municipal da Saúde – FMS.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

13.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas deste credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal da Saúde

Unidade: 06.01 – Fundo Municipal da Saúde

Programa: 0111 (T) – Programa Temático Cidade Saudável

Projeto/Atividade – 2214 – Manter e Ampliar Consultas Médicas e outros serviços especializados da média e alta complexabilidade

Dotação: 5900/5 – Outros Serviços de terceiros – pessoa Jurídica

Recurso: 1 – Recurso Livre

Recurso: 40 – ASPS

Recurso: 4501 – Custeio Média E Alta Complexabilidade atenção básica

Poderá haver remanejamento de recursos.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A participação no presente chamada implica em concordância tácita, por parte dos interessados, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

14.2 – Os uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPI e objetos de uso necessários à prestação dos serviços objeto do presente Edital são de responsabilidade do Credenciado.

14.3 – O Credenciado habilitado terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para assinar o Contrato, sob pena de perda do direito objeto deste Edital. No ato da assinatura do Contrato será exigido documentos de identidade do Credenciado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

14.4 – Ao Prefeito fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caiba aos interessados quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.

14.5 – O presente Edital poderá ser retirado no site do município www.canela.rs.gov.br link de licitações e ou no Departamento de Suprimentos. Maiores informações pelo telefone: (54)3282-4077, no ramal 193, no horário das 08 horas às 11 horas e das 13 horas às 16 horas e 30 minutos ou no e-mail licitacoes@canela.rs.gov.br.

Canela/RS, 10 de junho de 2021.

Constantino Orsolin
Prefeito de Canela